

Crise na Aliança adia votação do Regimento

BRASÍLIA — O primeiro round da luta que vai identificar o verdadeiro perfil da Assembleia Constituinte e suas relações com o Governo foi adiado pela insegurança dos contendores quanto ao poderio real em plenário. De um lado, o Governo ganhou tempo para tentar modificar a tendência favorável no PMDB à tese da Constituinte soberana. De outro, o partido majoritário preferiu não arriscar-se a uma derrota, já que suas lideranças não estavam seguras de que conseguiriam colocar em plenário 280 parlamentares votando a favor do substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso.

No início da tarde, era nítida a impressão de que o PMDB, aliado aos partidos de esquerda, conseguiria aprovar o substitutivo. O Presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, rejeitava com firmeza as sucessivas tentativas de obstrução formuladas, ora pelo PTB, PDS e PFL, e ora pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que por orientação do Planalto insistia no adiamento da votação. O termômetro do plenário naquele momento indicava a Ulysses que a esmagadora maioria de sua bancada resistiria às manobras. E, como de costume, ele preferiu ficar com a maioria.

O substitutivo deveria ter sido votado à noite, mas o PMDB, sentindo que não havia número de parlamentares suficiente para aprová-lo, se retirou do plenário: a sessão teve que ser encerrada por falta de quórum.

Primeiro houve votação para saber se havia quórum para a apreciação do substitutivo. E a manobra do PMDB começou aí: os 283 parlamentares registrados no plenário davam o quórum, mas não garantiam a aprovação do projeto. O PMDB contava com uma boa presença de sua bancada, que, aliada aos pequenos partidos, derrubaria, por seus cálculos, o bloco do PFL.

Durante verificação do quórum, entretanto, contactou-se que 113 dos 306 parlamentares da bancada não compareceram à sessão. E os que estavam no plenário, mesmo aliados aos pequenos partidos, não davam número para a aprovação do substitutivo. Para derrubar o quórum já verificado, o Líder do PMDB da Câmara, Luís Henrique, numa manobra, pediu preferência para que fosse votado, antes do projeto final, o primeiro substitutivo (Fernando Henrique elaborou dois).

O Senador Mauro Benevides (PMDB-CE), que estava presidindo,



O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, tenta encaminhar a votação do Regimento



Dedo em riste, o Líder José Lourenço protesta



E tudo acaba com a retirada das bancadas do PFL, PDS e PTB

colocou o pedido em votação, obtendo a aprovação do plenário, por votação simbólica. O Líder do PC do B, Haroldo Lima, aliado do PMDB, pediu verificação de votação, ou seja, a contagem nominal de todos os votos. Isso permitiu que o PMDB se retirasse do plenário, sob o comando do Líder do PCB, Roberto Freire (PE). Sem quórum — foram registrados apenas 80 parlamentares —, a votação foi adiada para hoje.

A sessão não conseguiu ser encerrada logo em seguida devido aos protestos do PFL, PDS e PTB.

— Fizeram um carnaval sobre isso e agora não deram número. Chega de escola de samba neste plenário. O PMDB já está fantasiado há muito tempo — protestou o Líder do PDS na Câmara, Amaral Neto.

O Líder do PTB, Gastone Righi, protestou em seguida:

— O PMDB hoje está cassando o direito da palavra em nome da in-

verdade e da injustiça.

O Líder do PFL, José Lourenço, também criticou:

— Que isto sirva de lição: só através do entendimento político chegaremos a uma solução. O PFL sempre esteve à disposição para o diálogo.

Pelo lado do PMDB, a ausência de parte da bancada foi justificada pelo Senador Fábio Lucena com uma denúncia, feita logo no início da sessão: a de que o Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, pedira, em nome do Presidente José Sarney, que os Senadores "amigos do Palácio do Planalto" se retirassem do plenário para não permitir a aprovação do substitutivo. Carlos Sant'Anna não compareceu à sessão.

O PMDB não visa a redução do mandato do Presidente Sarney ao insistir em manter no Regimento Interno da Constituinte o chamado "projeto de decisão", que estabelece a soberania da Assembleia sobre a

Constituição vigente. Nisso insistiu o tempo todo o Relator Fernando Henrique Cardoso, ao explicar ao plenário o polêmico artigo 57, que não diz sob que circunstâncias a Constituinte pode alterar a atual Carta.

Fernando Henrique foi cauteloso e não mencionou explicitamente o Presidente Sarney ao abordar a questão do mandato presidencial, nem citou os recelos do Governo e dos setores "moderados" e "conservadores" de que a Constituinte possa diminuí-lo. Afirmou, no entanto, que o "projeto de decisão" não tinha por objetivo "cassação de mandatos".

Afinado com Fernando Henrique, Ulysses garantiu sua palavra e empenhou-se em realizar a votação do Regimento ontem mesmo. Ele rejeitou — e foi calorosamente aplaudido pela atitude — o pedido do Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), para que a votação fosse adiada por dez dias.

Para manter a Carta atual, Governo pode recorrer ao Supremo

BRASÍLIA — O Governo pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir que a Constituinte altere a Constituição em vigor antes que a nova seja promulgada, informaram ontem duas altas fontes do Palácio do Planalto. O recurso seria impetrado pelo Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, e se o STF decidir contra a votação dos constituintes, estes não poderão modificar a Carta atual.

Os dois informantes explicaram que o Supremo, provavelmente, expressará posição contrária à Assembleia, baseado na exigência do quórum qualificado de dois terços dos parlamentares (do Congresso) para que seja alterado qualquer preceito constitucional. Essa decisão iria contra a exigência de um quórum de maioria absoluta (metade mais um), que é a regra da Constituinte.

Na prática, qualquer um pode recorrer da decisão dos constituintes, como um ato normativo, mas somente o Procurador-Geral da República pode levar o assunto diretamente ao STF. A decisão do Supremo, esclareceu uma das fontes, seria definitiva e não poderia ser questionada juridicamente.

O Governo ainda não acionou essa estratégia porque o regimento elaborado pelo Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, não tinha sido votado até o início da noite.

Na noite de terça-feira, o Presidente José Sarney recebeu para um jantar, no Palácio da Alvorada, 11 Ministros do STF e suas mulheres. E no brinde, com champagne, o Presidente fez um rápido pronunciamento, afirmando que se sente muito próximo ao Poder Judiciário. Lembrou até que seu pai foi desembargador no Maranhão.

No jantar estavam presentes também o Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, e o Ministro da Justiça, Paulo Brossard. Sarney aproveitou a ocasião para homenagear o Presidente do STF, José Carlos Moreira Alves, que no próximo dia 10 passa o cargo ao Ministro Rafael Mayer.

NO ARTIGO 57, O CENTRO DAS PREOCUPAÇÕES

Carta pode ser mudada e mandato de Sarney reduzido com 280 votos

BRASÍLIA — O que mais preocupa o Governo no Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte é o artigo 57 da proposta apresentada pela Senador Fernando Henrique Cardoso. Por ele, os constituintes podem modificar a Constituição em vigor e reduzir o mandato do Presidente José Sarney, bastando para isso que a ideia conte com 280 votos no plenário.

Se a proposta fosse ao plenário do Congresso, que reúne os mesmos 559 senadores e deputados constituintes, seriam necessários 274 votos — dois terços do plenário —, número que o PMDB, com seus 364 parlamentares, não pode bancar sozinho.

Para que a Constituinte modifique a Carta de 1967 com o apoio de 280 parlamentares, existem alguns obstáculos, mas eles não dão segurança total ao Governo. O principal deles é, o de que apenas as proposições que tiverem o apoio de um terço (187) dos constituintes serão consideradas numa primeira fase

pela Comissão de Sistematização. Somente depois de passar pelo crivo da Comissão, no prazo máximo de cinco dias, a proposta pode ser analisada pelo plenário constituinte.

A Comissão de Sistematização será a maior da Assembleia, pois contará inicialmente com 49 integrantes e, posteriormente, também com os presidentes e relatores das outras oito comissões e mais os relatores de 24 subcomissões. Ou seja, 89 integrantes, contra 63 das demais. Será quase uma mini-constituinte, pois, além de maior, é a que detém maior poder: a ela caberá a redação final da nova Carta, com poderes até para ignorar o que foi decidido antes por uma das oito comissões temáticas.

O mesmo artigo 57 dá à Assembleia o poder de convocar um plebiscito para referendar a futura Carta. No entanto, também assegura a soberania dos outros Poderes — o Executivo e o Judiciário.

Planalto dirige e acompanha reação

BRASÍLIA — O Planalto dirigiu e acompanhou passo a passo a estratégia de reação do PFL contra o substitutivo do Regimento. Desde cedo, todas as tentativas feitas pelo PFL junto ao PMDB para limitar a aplicação dos "projetos de decisão" foram relatadas pelos dirigentes do PFL ao Ministro Marco Maciel, em sucessivos telefonemas.

O Ministro chegou a telefonar para o Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, para saber se o partido tinha condições de derrubar o artigo desaprovado pelo Governo, com a ajuda do PDS e do PTB.

Do gabinete da Liderança do PFL, de onde só saiu para ir ao plenário, o Subchefe do Gabinete Civil para Assuntos Parlamentares, Henrique Hargreaves, também manteve contatos com Maciel, para alertá-lo sobre a dificuldade de reunir votos suficientes contra o substitutivo.

Cheio de parlamentares, assessores e jornalistas, o gabinete viveu uma situação inusitada: temendo falta de sigilo para troca de informações, o Líder e outros articuladores buscaram privacidade no banheiro.

Estavam nessa improvisada sala de conferências quando o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, apareceu para uma visita de cortesia a Lourenço. Enquanto esperava que o Líder encerrasse uma conversa telefônica com Maciel, Brossard contornou a sala em direção à mesa de reuniões, levando alguns dos presentes à suposição de que iria aderir à conferência no banheiro. Desfeito o equívoco, Brossard brincou:

— Se eu fosse mesmo ao banheiro, vocês teriam razão para achar que estou aqui em alguma missão sigilosa — disse, negando ter ido participação das negociações.

Lourenço reage à recusa de Ulysses

BRASÍLIA — O Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço, acusou ontem o Presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, de agir de forma "pessoal e partidária" ao recusar o recurso apresentado por pefelistas e petebistas para a votação do Regimento da Assembleia. Depois de comandar a retirada maciça da bancada do PFL do plenário da Constituinte, Lourenço reuniu os parlamentares do partido no auditório Nereu Ramos, da Câmara, e disse-lhes ser visível que um entendimento interno do PMDB levou Ulysses a fazer manobras.

Segundo o Deputado, o PFL, recusando-se a dar o quórum necessário à votação do Regimento tomou uma "posição coerente, mantendo-se sereno nas negociações, mas duro nas ações".

— O PMDB quer fazer plebiscito a toda hora. Não vejo necessidade disso, porque recebi um mandato popular para fazer a Constituição — disse José Lourenço, que repudiava também outras formas de consulta popular sobre a nova Constituição, previstas no substitutivo.

Na reunião, Ulysses foi alvo de muitas críticas. O Deputado Lael Varella (MG) não poupou sequer o Presidente interino de seu partido, Maurício Campos, de quem cobrou maior atuação à frente do PFL. E Saulo Queiroz lamentou que o PFL tenha "impedido que Ulysses fosse rejeitado por sua própria bancada na disputa pela Presidência da Câmara".

— Foi Ulysses Guimarães quem nos tirou do plenário da Constituinte numa atitude arbitrária, mais do que autoritária — acusou Saulo.

Por sua vez, o Deputado Alisson Paulinelli (MG) questionou o apoio do partido ao Governo.